

Convite

Procedimento n.º 155/DCP-GCE/UE/2024

Aquisição de material Informático

A Universidade de Évora, enquanto entidade adjudicante, convida essa entidade a apresentar proposta para a aquisição de bens supramencionada nos termos e condições constantes do caderno de encargos, cumprindo o disposto no articulado abaixo.

1. Entidade pública adjudicante

- a) A entidade pública adjudicante denomina-se Universidade de Évora, com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 501 201 920, com morada fiscal em Largo dos Colegiais, n.º 2 – 7004-516 Évora.
- b) Para efeitos do presente procedimento a morada a considerar será Largo Sra. da Natividade, 7000-810 Évora, onde se encontram os Serviços Administrativos.
- c) Os demais dados referentes à entidade pública adjudicante podem ser consultados na sua página eletrónica disponível em www.uevora.pt
- d) O endereço de correio eletrónico privilegiado para qualquer contacto referente ao presente procedimento é o endereço do Gabinete de Compras e Empreitadas: compras@uevora.pt

2. Objeto do contrato

O contrato a celebrar visa a **Aquisição de material Informático**, em conformidade com o estabelecido no caderno de encargos, que se anexa.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada pela Sra. Reitora da Universidade de Évora, Professora Doutora Hermínia Maria de Vasconcelos Alves Vilar, no âmbito do uso das competências próprias conferidas pelo artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugadas com as atribuídas pelo Despacho N.º 5845/2024, de 16 de maio, da Exmo. Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 100 de 23 de maio, nos termos do artigo 151º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e dos artigos 44º a 50º do Código do Procedimento Administrativo, nos termos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

4. Competências delegadas

- a) Tratando-se o presente procedimento de ajuste direto, a sua condução é delegada, pelo órgão competente para a decisão de contratar, no Gabinete de Compras e Empreitadas, nos termos do n.º 3 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, devendo ser consideradas a estes as referências feitas ao júri no Código dos Contratos Públicos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos.
- b) São igualmente delegadas no Gabinete de Compras e Empreitadas as demais competências de condução do procedimento, com exceção das competências exclusivas e não delegáveis do órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente as dispostas no n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

5. Fundamento da escolha do procedimento

Face ao preço base do procedimento e considerando que o fornecedor satisfaz na perfeição os critérios e necessidades exigidas, verificou-se que não se justificava o convite a mais do que uma entidade. Assim, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a Universidade opta pelo ajuste direto.

6. Impedimentos

- a) Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- b) Não podem ser convidadas a apresentar proposta entidades especialmente relacionadas com as entidades referidas nos n.ºs 2 e 5 do artigo 113.º do CCP, considerando-se como tais, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, nos termos do n.º 6 do referido artigo.
- c) Para efeitos o disposto n.º 1 do artigo 114.º do CCP, as entidades a convidar não podem, ainda, ser especialmente relacionadas entre si, nos termos do n.º 2 do referido artigo.
- d) A participação de concorrente que se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55.º, no n.º 6 do artigo 113.º ou no n.º 2 do artigo 114.º do CCP no momento da apresentação da respetiva proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato, constitui contraordenação muito grave, punível com pena de coima, nos termos do artigo 456.º do mesmo diploma.

7. Disponibilização e acesso ao procedimento

- a) O presente procedimento será integralmente conduzido através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Entidade Adjudicante em <http://www.acingov.pt>.
- b) O processo encontra-se disponível para consulta no local indicado no ponto 1 do presente convite onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas.

- c) As referidas instalações funcionam nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

8. Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, pelo canal de comunicação definido no ponto 7.
- b) Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, pelo canal de comunicação referido, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
- i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - iv) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- c) Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea iv) e aqueles que o concorrente, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.
- d) O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
- e) Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- i) O nomeado para a condução do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelo canal de comunicação referido anteriormente;
 - ii) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, pelo canal de comunicação referido, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- f) Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido na alínea anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
- g) Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve

ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

- h) A pedido fundamentado do interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP.
- i) Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados pelo canal de comunicação definido e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.
- j) Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9. Documentos que constituem a proposta

- a) A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - i) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 57º do CCP, elaborada em conformidade com o **modelo 01** constante ao presente convite – Anexo I do CCP;
 - ii) Declaração do concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o **modelo 02** deste Convite
 - iii) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o concorrente se vincula;
 - iv) O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- b) Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais
- c) Os documentos que constituem a proposta referidos nas alíneas b) e c) do art.º 57º do CCP podem ser redigidos em língua estrangeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, nomeadamente em Inglês e Espanhol.
- d) Deverá também, junto à proposta, ser remetida a certidão do registo comercial ou declaração de início de atividade, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção

ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, para confronto dos poderes de representação.

10. Prazo e modo de apresentação da proposta

- a) Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados pelo canal de comunicação definido anteriormente, **até às 23:59 horas do 6º (sexto) dia** a contar da data de receção do presente convite.
- b) Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado pelo canal de comunicação definido, aplica-se o previsto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
- c) A proposta e todos os documentos que lhe associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- d) Se os documentos referidos no n.º 9 forem assinados por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
- e) Quando os documentos referidos no n.º 9 forem assinados por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.
- f) Quando os documentos referidos no n.º 9 forem assinados por concorrente enquanto pessoa singular, é necessário apresentar a declaração de início de atividade.
- g) Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no artigo anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- h) O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

11. Preço base

O preço base do procedimento encontra-se expresso no caderno de encargos, nos termos do artigo 47.º do CCP.

12. Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço ou custo anormalmente baixo.

13. Indicação do preço

- a) Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.
- b) A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
- c) Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- d) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.

14. Propostas Variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

15. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de validade das propostas é de 90 (noventa) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos previstos no artigo 65º do CCP.

16. Caução

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

17. Negociação das propostas

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

18. Documentos de habilitação

- a) No caso de adjudicação, o concorrente deve apresentar, no prazo de **5 dias úteis** a contar da notificação para a sua apresentação, os seguintes documentos de habilitação:
 - i) Declaração do concorrente, elaborada em conformidade com o **modelo 3** constante ao presente convite – Anexo II do CCP;
 - ii) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55.º do CCP:
 - 1) Certificado de registo criminal em nome da pessoa singular ou pessoa coletiva, conforme aplicável;

- 2) Certificado de registo criminal (ou similar quando concorrente estrangeiro) de todos os proprietários, administradores ou gerentes, conforme certidão permanente, quando o adjudicatário é pessoa coletiva;
 - 3) Certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira (ou similar quando concorrente estrangeiro);
 - 4) Certidão de não dívida à Segurança Social (ou similar quando concorrente estrangeiro);
- iii) Demais documentos que o adjudicatário considere relevantes.
- iv) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- v) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP;
- b) Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos na alínea anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
- c) Os documentos de habilitação devem ser apresentados pelo canal de comunicação definido. No caso da plataforma eletrónica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrónico indicado no presente convite.
- d) Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa, ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- e) O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- f) Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 5 dias, se essa prorrogação for solicitada, pelo adjudicatário, em tempo útil e devidamente fundamentada.

- g) Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na subalínea ii) do ponto 18, caso o adjudicatário se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, disponível em www.pnfe.impic.pt
- h) Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- i) Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de **3 dias** para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
- j) O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- k) O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

19. Outorga do contrato

- a) O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónica, salvo nos casos previstos no artigo 95.º do CCP.
- b) As despesas e os encargos que eventualmente decorram da celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

20. Legislação aplicável

Em tudo o não previsto neste convite aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

Com os melhores cumprimentos

O Gabinete de Compras e Empreitadas

Anexos

Modelo 01 – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]
– Anexo I ao CCP.

Modelo 02 – Modelo de Proposta de Preço.

Modelo 03 – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]
– Anexo II ao CCP.

NOTA: estes anexos, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Convite.